



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR CLÁUDIO
TERRÃO, DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS – TCE/MG**

Processo nº 1.101.512 – Balanço Geral do Estado, exercício 2020
Referência: Ofício nº 11912/2023

O ESTADO DE MINAS GERAIS vem, respeitosamente, perante V. Exa., requerer a juntada da documentação anexa, que presta os esclarecimentos solicitados, quais sejam:

- 1) medidas adotadas para implementar o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica; e
- 2) os motivos do não envio do Plano de Ação, elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), para avaliação do gerenciamento de riscos dos processos de fiscalização e licenciamento ambiental de complexos minerários de ferro.

Sobre o primeiro ponto, importante destacar que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão afirma, no Memorando.SEPLAG/DCCCR-JURÍDICO.nº 52/2023, que:

Complementando as informações prestadas nos documentos supramencionados, informamos que os valores iniciais da tabela salarial da carreira de Professor de Educação Básica (PEB) vem sendo atualizados para adequação ao piso salarial nacional do magistério da educação básica, considerando a proporcionalidade em relação à carga horária de 24 horas semanais de trabalho. A tabela abaixo informa o histórico de valores praticados para a carreira de PEB desde 2020, em comparação com o valor do piso salarial nacional do magistério proporcional a 24 horas.



ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO
Procuradoria de Demandas Estratégicas

Ano	Valor do piso salarial nacional domagistério da educação básica,proporcional a 24 horas	Valor inicial da tabela da carreira de Professorde Educação Básica - 24 horas semanais
2020	R\$1.731,74	VB de R\$ 1.982,54 (rem. inicial de R\$ 2.135,64) (Lei nº 21.710/2015 e Lei nº 22.062/2016)
2021	R\$1.731,74	VB de R\$ 1.982,54 – até set/21 (rem. inicial deR\$ 2.135,64) VB de R\$ 2.135,64 a partir de out/21 (Lei nº 21.710/2015 e Lei nº 22.062/2016)
2022	R\$2.307,38	R\$2.350,49 (retroativo a jan/2022) (Lei nº 24.035 de 04 de abril de 2022)
2023	R\$2.652,29	R\$ 2.652,29 (retroativo a jan/2022) (Lei nº 24.383, de 06/07/2023 - decorrente aaprovação do PL 822/2023)

Ademais, importante acrescentar que houve concessão parcial de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.22.067281-0/000 suspendendo a eficácia da Emenda à Constituição Estadual n. 97/2018 e dos art. 2º e 3º da Lei Estadual n. 21.710/2015, nos termos do acórdão anexo.

A respeito do segundo questionamento, importante citar o Ofício SEMAD/GAB - JUD nº. 995/2023, elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em que informa:

... em 26/05/2021 recebemos o processo SEI nº 1190.01.0010650/2021-83, capeado pelo Ofício SEF/STE-SCCG nº. 104/2021 (30009808) da Subsecretaria do Tesouro Estadual, quando nos foi solicitado o mesmo documento. Naquela oportunidade, enviamos o Ofício SEMAD/GAB nº. 415/2021 (30062264) que remeteu o Plano de Ação Fiscalização (30064386) e respectivos anexos (30064600, 30064700, 30064795), bem como o Plano de Ação Licenciamento (30065096) e respectivos anexos (30065397, 30065621, 30066087, 30066327) que foram elaborados pela Semad, no âmbito da auditoria referente ao gerenciamento de Riscos dos processos de Fiscalização e Licenciamento Ambiental de Complexos Minerários de Ferro.

Ressaltamos que os monitoramentos foram realizados, semestralmente, a partir de setembro/2018 até março/2023 e encontram-se anexados ao processo SEI nº 1370.01.0005489/2018-98: 1º monitoramento 1710893; 2º monitoramento 3765354; 3º monitoramento 7476445; 4º monitoramento 12323057; 5º monitoramento 19377924; 6º monitoramento 26660183; 7º monitoramento 36588741; 8º monitoramento 43466800; 9º monitoramento 53296615 e 10º monitoramento 53305794.

Adicionalmente, salientamos que os referidos monitoramentos foram remetidos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme demonstram os comprovantes de recebimento: 1726860, 3873736, 7872070, 12365287, 19411198, 27293587, 36605862, 43556691, 53305794 e 62755836.



ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO
Procuradoria de Demandas Estratégicas

Destarte, reportamo-nos ao Acórdão prolatado pelo Pleno do TCE (64155765) que decidiu pelo encerramento do ciclo de monitoramento do plano de Ação referente aos empreendimentos minerários no Estado de Minas.

Requer, portanto, a juntada dos documentos anexos e a confirmação de cumprimento das determinações apontadas.

Termos em que,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2023.

RENATA COUTO SILVA DE FARIA
Procuradora do Estado de MG
OAB/MG 83.743 – Masp. 1.066.594-1